

SOCIEDADE CIVIL E INOVAÇÃO SOCIAL NA ESFERA PÚBLICA: ARENA PÚBLICA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS E AS POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARTICIPATIVA

Maria Carolina Martinez Andion¹, Júlia Viezzer Baretta², Luciana Francisco de Abreu Ronconi³, Josiani Lúcia de Pinho⁴

¹Orientadora, Departamento de Administração Pública - ESAG - andion.esag@gmail.com

²Acadêmica do Curso de Administração Pública - ESAG, bolsista PROBIC/UDESC.

³Professor Participante, Departamento de Administração Pública – ESAG.

⁴Acadêmica do Curso de Administração Pública - ESAG, bolsista PROBIC/UDESC.

Palavras-chave: Arena Pública. Conselho Municipal de Saúde. Sociedade Civil.

Este estudo se insere na pesquisa mais ampla conduzida no Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovações Sociais na Esfera Pública (NISP) intitulada: “Sociedade Civil e Inovação Social na Esfera Pública”. Essa pesquisa tem como objetivo geral compreender o papel da sociedade civil na proposição de soluções ou ainda no aproveitamento de oportunidades para fazer face aos problemas públicos. Por meio da análise de experiências emblemáticas de ação coletiva no âmbito da sociedade civil, busca-se compreender qual o papel de tais iniciativas na promoção de inovação social na esfera pública. Neste contexto essa apresentação tem como objetivo compreender de que maneira o Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis tem possibilitado a construção de uma política pública participativa e quais os efeitos dessa participação sobre a esfera pública. Tratou-se de - a partir do mapeamento das controvérsias estabelecidas nos níveis político, técnico legal e científico - mapear e desdobrar as controvérsias em torno dos Conselhos de Saúde. Buscou-se, assim, identificar os processos de negociações e os debates travados por diferentes atores sobre o tema, assim como as disputas, os embates e os argumentos mobilizados e utilizados pelos distintos porta-vozes ao longo do tempo. A partir de um quadro teórico metodológico pautado na sociologia pragmática, buscou-se um diálogo entre a Teoria do Ator Rede e os estudos sobre a ação coletiva na esfera pública. O estudo identificou que desde o final dos anos de 1980, segmentos do mundo científico, tendo como parâmetro os aspectos legais que sustentam os conselhos de representação no país, tem os Conselhos de Saúde como objeto de análise. O debate nesse campo tem sido feito principalmente a partir da análise de experiências concretas dos Conselhos Municipais de Saúde em diversas regiões do país e apontam os limites e as possibilidades das mesmas. Todavia, no campo político o mapeamento das controvérsias feito a partir das notícias veiculadas nas mídias nacionais, e tendo como marco inicial os anos de 1980, não ocupa um papel de destaque. Assim, percebe-se que mais do que a mídia, a academia tem tido interesse na problemática dos Conselhos. O estudo identificou que o Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis enfrenta limites para que desempenhe suas atribuições e cumpra a sua finalidade de atuar na formulação das estratégias e no controle de execução da Política Municipal de Saúde. Todavia, surge na esfera pública uma movimentação dos conselhos locais de saúde de Florianópolis que identificam os limites do Conselho Municipal e buscam responder a essas deficiências a partir da construção de espaços de participação e de diálogo. Considera-se que os Conselhos de Saúde, enquanto canais institucionalizados de participação no Brasil surgiram como uma inovação social na esfera pública e efetivaram-se a partir da movimentação da

sociedade civil que parece movimentar-se novamente de maneira inovadora, quando coloca a importância dos conselhos locais de saúde como possibilidade de garantia de participação nos processos de formulação de políticas públicas de saúde. Embora exista um aparato legal, como identificado na pesquisa, que confere aos conselhos a atribuição de atuar na formulação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde percebe-se que a realidade indica que vivemos um processo lento de construção da cidadania e de aprendizado de participação na esfera pública. A literatura estudada demonstra diversos entraves para que a população efetivamente participe dos conselhos de saúde, embora cada região apresente suas especificidades. Conforme outros estudos realizados e analisados nessa pesquisa, a realidade vivida expressa que os conflitos no campo dos Conselhos de Saúde são de ordem externa e interna e indicam a necessidade de intervenções de diferentes atores e apoiadores para que os conselhos, enquanto estruturas institucionalizadas, sejam constantemente avaliados em suas dinâmicas e caminhem no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e de saúde da população. A realidade observada no CMS de Florianópolis indica que o conselho se foca no recebimento de informações sobre a situação de saúde do município. Cumprem, assim, uma função legal para que as decisões tomadas pela Secretaria Municipal de Saúde sejam homologadas. O conselho é visto como órgão apoiador, não atuando diretamente na formulação e proposição de estratégias e controle da execução das políticas de saúde. O fato do presidente do conselho ser o próprio secretário de saúde do município ao longo dos anos, deixa claro o não alinhamento com a diretriz legal para a constituição dos conselhos, pois não respeita o princípio da paridade preconizada. A literatura sobre o tema indica que um dos problemas mais frequentes e difíceis de serem solucionados se refere às questões relativas à composição e à representação dos conselheiros, realidade que foi identificada no CMS de Florianópolis. Se por um lado a sociedade deve demandar que seus representantes, estabeleçam canais de diálogo e prestem contas de suas ações, por outro, essa mesma sociedade deve ser sensibilizada para a participação, pois conforme várias experiências relatadas, muitas vezes a comunidade não se motiva para a participação deixando os conselheiros desmotivados para o exercício da representação. Tal realidade foi expressa pelos conselheiros em nosso trabalho de campo e tem sido evidenciada na análise do mapeamento político da arena dos CMS, nas suas formas de redimensionamento e difusão, em como a sociedade civil se legitima frente esse canal de participação.